



## Assembleia Municipal de Sesimbra

### ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2017

----- Aos dezassete dias do mês de fevereiro de 2017, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.<sup>a</sup> Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz e João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Primeira e Segundo Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- **1. Apreciação da Atividade Municipal;** -----
- **2. Contratação de Empréstimo de curto prazo até ao montante de 2 milhões de euros para o ano de 2017;** -----
- **3. 40 Anos do Poder Local Democrático;** -----
- **4. Atribuição do Prémio Espichel 2017.** -----

----- Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, Francisco Manuel Soares Cordeiro, Nuno José Almeida Nabais Antunes, Rui João Graça Rodrigues, Maria Helena dos Santos Cancela Cordeiro, Alain Monteiro Grenho, Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz, Tiago José dos Santos Silva Aragão, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria José da Cruz Vieira Borges. -----

----- Pelo Grupo Municipal do PS - Manuel José Cardoso Alves Pereira, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Ana Paula Gato Rodrigues Polido Rodrigues, Nelson Carlos Simplício Pólvora, Isabel Alexandra Ribeiro Leão Faias e Bertina Pereira João Duarte; -----

----- Pelo Grupo Municipal do PSD/CDS-PP – José Manuel Lobo da Silva; -----

----- Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues; -----

----- Pelo Grupo Municipal do BE – José António Melo Nunes Guerra. -----

----- Compareceram ainda, Vera Susana de Jesus Vieira em representação do Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Carlos Alberto Pólvora dos Anjos Cruz, em representação do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde e Artur José da Cunha Borges, em representação da Presidente da Junta de Freguesia de Santiago. -----

----- Comprovada a existência de quórum, vinte e três presenças e uma ausência do Deputado Eduardo Manuel Costa Amigo, a **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e vinte e cinco minutos. -----

Ata nº36 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Verificou-se também a presença da Vice-Presidente, Felícia Maria Cavaleiro da Costa, e dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Cláudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata e Francisco José Pereira Luís. -----

----- **A Presidente da AM** justificou a ausência do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, que por razões de saúde continuava impossibilitado de estar presente nas reuniões da assembleia, expressando os votos de melhoras para que regressasse o mais breve possível. -----

----- Informou em seguida que os Deputados Joana Maria Braz de Oliveira Alarcão Bastos e Manuel Barros Cardoso informaram que não poderiam estar presentes, justificando as suas ausências, tendo sido substituídos pelas Deputadas Isabel Faias e Bertina Duarte respetivamente. -----

----- Após as informações, a Presidente da AMS disse que seria colocado a votação a integração do assunto **“Eco transferência e Ecocentro – Regularização da instalação – Pinhal do Cabedal – Reconhecimento de interesse público municipal”** na Ordem de Trabalhos. -----

----- Após a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo do n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, reconhecendo a urgência de deliberação, integrar como ponto 5 da Ordem de Trabalhos, o assunto **“ECO TRANSFERÊNCIA E ECOCENTRO – REGULARIZAÇÃO DA INSTALAÇÃO – PINHAL DO CABEDAL – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL”**. -----

----- Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia a Presidente da AMS submeteu à votação as atas da AMS realizadas nos dias 15 de abril de 2016 e de 28 de junho de 2016, que haviam sido enviadas, para apreciação, aos Líderes dos Grupos Municipais. -----

----- Não havendo qualquer oposição, as atas foram aprovadas por **unanimidade**. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Manuel José Pereira** que solicitou que lhe fosse disponibilizada informação referente à entrada nº2990 relativa a uma fatura de estacionamento para uma reunião da AMS, à entrada nº4064 referente à Planta do parque da Maçã que tinha ficado de ser distribuída aos membros da Assembleia Municipal, o que ainda não tinha sido feito. Solicitou ainda informações referentes à entrada nº4822, referente à ata nº 5 da Comissão Municipal das Pescas e ainda a entrada nº45843 de 16 de dezembro relativo a um documento do INEE (Instituto Nacional de Eficiência Energética), assim como tivera hoje conhecimento da entrada nº5881 de uma Declaração da Deputada do PCP sobre descentralização. -----

----- **A Presidente da Assembleia Municipal** prestou as informações solicitadas pelo Deputado e informou que relativamente à fatura de estacionamento se havia tratado do recibo de pagamento no

Ata nº36 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Centro Comercial Alvalade aquando da deslocação da própria com funcionárias da Unidade de Apoio da AMS e do Gabinete Gráfico para visualização do espaço onde iria decorrer a exposição da Assembleia Municipal de Jovens. -----

----- Em relação à questão da Planta da 1ª fase do Parque da Maçã, referiu que o Vereador Sérgio Marcelino já tinha feito a mesma chegar aos Serviços da Assembleia mas que uma vez que tinha chegado em papel, havia sido difícil a sua digitalização de forma a poder ser enviada. Referiu que iria tratar com o Vereador a possibilidade de se recolocar a informação. -----

----- Sobre a ata nº 5 da reunião da Comissão Municipal das Pescas, disse que tinha sido aprovada na reunião realizada hoje às 17 horas e que já estava no expediente entregue aos Deputados. Informou que assim que estivesse disponível, faria chegar a mesma ao conhecimento dos Deputados. -----

----- Quanto ao documento do INEE, referiu que se tratara de uma comunicação a informar da disponibilidade do *site* disponibilizado, para consulta de toda a documentação inerente ao concelho de Sesimbra. -----

----- Relativamente à intervenção da Deputada do PCP, a Presidente disse que deveria ter chegado apenas ontem e ainda não tinha sido feito qualquer despacho sobre a mesma. -----

----- Antes de dar início ao Período do PAOD, composto por dois documentos, uma **Saudação sobre o Dia Internacional da Mulher** emitido pela Comissão de Líderes Municipais e uma **Recomendação à Câmara Municipal com o Título “Contratação pública”** apresentada pelo Grupo Político do Movimento Sesimbra Unida, a **Presidente da AMS** informou que, caso não houvesse necessidade de algum assunto extraordinário, se realizaria a sessão ordinária durante o mês de abril, após o período do 25 de Abril.-----

----- Em seguida, fez a leitura da **Saudação** subordinada ao título: **“Dia Internacional da Mulher”** que a seguir se transcreve:

----- *“O Dia Internacional da Mulher, celebrado a 8 de março, será sempre assinalado com saudações, manifestações, debates ou conferências que dão destaque aos problemas, anseios e direitos das mulheres.* -----

----- *É verdade que as mulheres, de forma coletiva ou individual, têm dado voz aos seus problemas e afirmado as suas capacidades e competências, na vida social, política, cultural e empresarial, mas na realidade as desigualdades ainda hoje são evidentes, nos diferentes campos da sociedade portuguesa e no mundo em geral.* -----

----- *A igualdade de oportunidades entre mulheres e homens é essencial para o desenvolvimento das sociedades, assenta no respeito pelos direitos humanos, sendo um elemento vital para a democracia.* ----

Ata nº36 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Reconhecemos que ainda hoje, no mundo do trabalho, a mulher surge com índices mais elevados de desemprego e com disparidades salariais desvantajosas que são injustificáveis.-----

----- Mesmo no campo do dirigismo associativo, em qualquer uma das suas vertentes - sociais, culturais ou desportivas, a sua intervenção ainda é muito insuficiente face ao que globalmente podemos desejar. -----

----- Neste enunciado de desvantagens, também teremos de focar o campo político, mesmo ao nível autárquico, onde as lideranças femininas são ainda escassas face ao número global de líderes nos diferentes órgãos autárquicos.-----

----- É um compromisso, para todos e todas nós, cooperar na criação de condições para que a participação das mulheres seja mais efetiva nomeadamente aos níveis de decisão na vida pública e política. -----

----- E no momento em que se comemoram os 40 anos do Poder Local Democrático, reafirmamos a nossa saudação a todas as mulheres portuguesas, e em especial às sesimbrenses, pelo seu empenho nas conquistas de novos caminhos a favor da sua emancipação e do reconhecimento do seu contributo para uma sociedade melhor, porque mais justa, igualitária e fraterna.-----

----- Dar conhecimento desta Saudação:-----

----- Grupos Parlamentares da Assembleia da República -----

----- Primeiro-ministro -----

----- Movimento Democrático de Mulheres -----

----- Departamento Nacional das Mulheres Socialistas-----

----- Movimento das Mulheres Social-Democratas -----

----- Comunicação Social Local e Regional.”-----

----- A Presidente da AMS perguntou se algum dos Deputados queria intervir relativamente a esta matéria.-----

----- A **Deputada Maria José Borges**, enquanto membro do *Movimento Democrático de Mulheres*, apresentou a seguinte intervenção:-----

----- “Este ano de 2017, o MDM celebra o Dia Internacional da Mulher com uma Manifestação Nacional de mulheres no dia 11 de março em Lisboa porque queremos dar voz aos problemas das mulheres.-----

----- Vamos dizer que as mulheres contam com o desenvolvimento do País e que o País precisa de nós e dizer que sem a participação decisiva das mulheres no plano social e político, não há saída para os seus

Ata nº36 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*problemas. Seremos uma força de resistência a todas as guerras de solidariedade com as mulheres que lutam contra o colonialismo. -----*

*----- A Paz é possível e urgente, não há igualdade sem justiça social, sem desenvolvimento e sem participação das mulheres. Não há igualdade sem paz e com violência sobre as mulheres. -----*

*----- Vamos manifestar a nossa indignação com confiança no dia 11 de março em Lisboa porque não estão resolvidos os problemas mais urgentes da vida das mulheres. Não está resolvido o direito à igualdade salarial, os direitos de parentalidade e de maternidade/paternidade. Continuam por concretizar os direitos à Segurança Social no desemprego, maternidade, doenças profissionais, combate à pobreza em situações de deficiência, na velhice e na protecção das crianças. -----*

*----- O Serviço Nacional de saúde continua com enormes carências e precisa de mais recursos. As medidas de apoio a mulheres vítimas de violência são insuficientes. -----*

*----- Mulheres de todas as idades vão fazer ouvir a sua voz e dar voz aos seus problemas. Vamos dizer que é urgente conquistar a igualdade na vida e para isso há que desenvolver o País, esbater as assimetrias e a desertificação no interior do País, dinamizar a produção nacional como condição para criar mais despesa, mais postos de trabalho, mais inserção das mulheres na vida ativa. -----*

*----- Comemorar esta data é também alargar a frente social de luta das mulheres, ampliar a luta das mulheres na exigência do cumprimento dos seus deveres e por um mundo de paz, contribuir para elevar a consciência social, política e cultural dos diferentes sectores das mulheres.” -----*

*----- O **Deputado Nuno Nabais** pediu a palavra para felicitar o Clube Sesimbrense pelo seu Aniversário, e fez referência à presença da Presidente da AMS e outros representantes Autárquicos nessa celebração e realçou ainda o facto de esta coletividade ter uma mulher como Presidente, uma vez que a celebração do Dia da Mulher também se tratava de celebrar a nível local quem se envolvia e participava, como era o caso desta figura feminina. -----*

*----- A Presidente da AMS salientou que a Senhora Secretária de Estado da Igualdade e Cidadania também tinha participado nesta iniciativa, tendo sido não só uma honra para o Clube Sesimbrense mas também para a Vila de Sesimbra. -----*

*----- Tomou do uso da palavra a **Deputada Ana Paula Gato** que cumprimentou todos os presentes e disse que o Grupo Municipal do PS aprovara com muito gosto a Saudação referente ao Dia Internacional da Mulher até porque infelizmente, a nível mundial, a situação das mulheres ainda era uma situação claramente desvantajosa. Inclusivamente em Portugal era notória a diferença dos dados a nível salarial e dos despedimentos durante a gravidez, violência doméstica, entre outros. Acrescentou que a bancada do*

Ata nº36 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

PS gostaria de ter visto incluída nesta Saudação a nova proposta da Legislação feita pelo Governo, ainda que não tivesse sido aprovada, uma vez que se tratava de um incentivo para que todos os Governos e a Assembleia da República a legislassem para que a participação da mulher fosse assegurada. Por esse motivo deveria ter sido feita uma nota relativamente ao regime de representação equilibrado entre homens e mulheres nos Órgãos de Administração e de fiscalização das empresas. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Alain Monteiro** que cumprimentou todos os presentes e disse que tinha respondido ao Deputado Manuel José Pereira relativamente às questões referidas para propostas de alteração ao documento e referiu que a questão se prendia com o facto de não se saber quais as alterações, uma vez que não tinha sido possível compreender o proposto pela bancada do PS, tendo a CDU considerado não ter sido oportuno a aceitação dessas mesmas alterações. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Miguel Ribeiro** que cumprimentou todos os presentes e disse que recentemente haviam sido levados a cabo estudos sociológicos que previam a existência de uma igualdade social e salarial entre homens e mulheres apenas no ano 2050, ainda sem garantias que tal viesse a acontecer nessa altura. Referiu que o MSU partilhava esta Saudação na íntegra e iria promover essa igualdade de participação e que tal como todas as forças políticas, iria ser tido em consideração uma maior intervenção das mulheres na vida social, cívica e pública. -----

----- Interveio o **Deputado Lobo da Silva** que disse que cumprimentou todos os presentes e dirigiu uma palavra ao Presidente da Câmara Municipal, desejando que rapidamente regressasse a estas sessões. -----

----- Referiu que não se iria pronunciar relativamente à Saudação, uma vez que o Grupo Municipal do PSD concordava com a mesma. Solicitou que todos os presentes tivessem a noção de que enquanto eram feitas Saudações à Mulher, existiam países que despenalizavam a violência doméstica, como era o caso da Rússia que via a mulher como um ser menor. -----

----- Referiu que mais grave ainda era a existência de comunicação social nesse país que escrevia que a mulher deveria sentir-se orgulhosa e reconhecer as nódoas negras que lhe fossem feitas. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado José Guerra** que cumprimentou todos os presentes e disse que esta Saudação poderia conter alguns parágrafos relativamente à diferença de salários e na administração pública. Deveria ainda ser feito um apelo ao avanço da paridade nas direções de toda a administração pública como exemplo para a extensão a outros sectores. -----

----- **Submetida a votação, a Saudação sobre o Dia Internacional da Mulher foi aprovada por unanimidade.** -----

Ata nº36 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- O Grupo Municipal do PS prestou Declaração de Voto, no sentido da Declaração anteriormente prestada pela Deputada Ana Paula Gato.-----

----- De seguida, a **Presidente da AMS** deu início à discussão do documento seguinte, uma **Recomendação à Câmara Municipal com o Título “Contratação pública”** apresentada pelo Grupo Político do Movimento Sesimbra Unida.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Miguel Ribeiro** que fez a leitura do documento:-----

----- *“Da análise do processo de contratação da nova apólice de seguro com a Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. para o corrente ano, na sequência de um processo de ajuste direto, previsto no concurso público realizado para o ano anterior, resultou um agravamento de 20% na taxa do prémio relativo à cobertura de Acidentes de Trabalho, que passou dos 1,04% para os 1,25%, o qual se afigura manifestamente excessivo.*-----

----- *Não há dúvidas que esta possibilidade de ajuste direto para o corrente ano estava prevista no concurso público antecedente.*-----

----- *No entanto, face aos montantes envolvidos e à obrigatoriedade de os concretizar, este tipo de processos requer uma preparação atempada de modo a que, se a proposta recebida for desajustada e nessa medida demandar o recurso a um concurso público, haja ainda a possibilidade temporal de o preparar e realizar.*-----

----- *Acresce a necessidade, sempre que possível, de definição prévia de parâmetros máximos de ajustamento para o contrato do ano seguinte.*-----

----- *Em suma, atendendo à complexidade na preparação dos concursos públicos e às dificuldades de pessoal, sempre presentes em todas as grandes organizações, como é exemplo a estrutura de uma Autarquia como a de Sesimbra, todas estas salvaguardas devem ser garantidas de forma tempestiva.*----

----- *Face ao supra exposto, a Assembleia da Municipal de Sesimbra reunida em 17 de Fevereiro de 2017 delibera recomendar à Câmara Municipal de Sesimbra:*-----

----- *1º) - Sempre que possível, definir parâmetros máximos de ajustamento quando previsto num concurso público o ajuste direto para o(s) ano(s) seguinte(s);*-----

----- *2º) - Proceder a uma calendarização do processo de negociação com vista à receção atempada da proposta no ajuste direto por forma a permitir a abertura de um concurso público caso a mesma seja desajustada.”*-----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado João Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e disse que esta Recomendação era resultante da análise e discussão do Orçamento para o ano de 2017 na

Ata nº36 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

qual se verificara que tinha havido um grande incremento da rubrica de prémios de Seguro. Disse ser evidente que as rubricas do orçamento eram estimativas e seria necessário aprofundar as razões que tinham levado a esse agravamento da verba dos prémios de Seguros para 2017. -----

----- Foi através desta análise mais pormenorizada que o MSU solicitou ao Executivo da CMS, agradecendo a disponibilidade dos Técnicos e responsáveis na reunião realizada para que se pudesse ter feito uma análise dos dados referentes a esta matéria. -----

----- O MSU entende que a AMS se tratava do espaço privilegiado de discussão política, se bem que essa mesma questão política se esgotava no momento em que se realizavam eleições e alguém vencia, tendo de desempenhar o seu Programa. O MSU entende que o papel da Assembleia Municipal, além desta componente política que nunca se deveria esgotar, era também de acompanhamento dos atos de gestão da própria Autarquia. Neste sentido, é solicitada esta informação adicional, numa atitude construtiva de melhoria dos procedimentos adotados. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Manuel José Pereira** que disse que a complexidade do assunto em questão, por um lado, e também num ponto discordante do Deputado João Rodrigues relativamente ao reconhecimento de alguma autonomia em termos da Lei de competência própria do Executivo Municipal para estas matérias, o Grupo Municipal do PS considerava que este documento deveria baixar à Comissão de Finanças Municipais e Administração Autárquica para análise, uma vez que estava em causa a melhor utilização do bem público. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva** que disse que a questão dos Seguros se tratava de uma questão que o PSD tinha vindo a falar desde a apresentação do Relatório de Contas dizendo que teria de ser feita uma revisão de todo este processo dos Seguros. Disse que, uma vez que a Recomendação apresentada pelo MSU ia ao encontro da preocupação do Grupo Municipal do PSD, havia a disponibilidade para discussão da mesma e sugeriu igualmente que a Recomendação baixasse à Comissão de Finanças Municipais e Administração Autárquica -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Alain Monteiro** que reforçou o facto de a Recomendação baixar à Comissão para análise. -----

----- A **Presidente da AMS** lembrou que relativamente ao interesse deste assunto ser apreciado ao nível da Comissão tal só aconteceria se os proponentes o aceitassem. -----

----- Interveio o **Deputado Miguel Ribeiro** que disse que a Força Política MSU ouvira atentamente a opinião dos colegas das outras bancadas e concordara que esta Recomendação baixasse à respetiva Comissão para análise, sem o prejuízo da Comissão de Líderes também poder vir a intervir nesta matéria.

Ata nº36 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Tomou do uso da palavra o **Vereador José Polido** que cumprimentou todos os presentes e disse que a questão dos Seguros já vinha, ao longo do tempo, a gerar alguma discussão ao redor do processo e para evitar alguma pressão ou comentário por parte do Executivo, o próprio dera instruções aos Técnicos para não estivessem presentes na reunião para esclarecimentos solicitada pelo MSU, que tiveram a amabilidade de se deslocar aos respetivos serviços para recolher toda e qualquer tipo de informação referente aos mesmos. -----

----- O Vereador referiu a nível do Orçamento de 50 milhões de euros, e solicitou que lhe fosse recordado o montante dos Seguros para este ano, se fosse possível e porque não era recomendado outro tipo de operações relativamente ao próprio Orçamento para baixar às respetivas Comissões para análise.

----- Salientou que não estava a dizer que a Assembleia Municipal não tivesse a legitimidade para o fazer e que quando a CMS trazia alguma proposta, também tinha a legitimidade para a recusar. -----

----- Acrescentou que a Câmara Municipal não podia fazer negociação de calendarização com ninguém, ou seja, era aberto um concurso público e concorria quem quisesse e era contra a Lei qualquer negociação prévia de contratos de qualquer tipo de contratos ou adjudicação. -----

----- O Vereador solicitou que os membros da AMS ajudassem a Autarquia a reduzir os custos nesta área e disse que a CMS estava disponível para que os mesmos indicassem, num futuro concurso de Seguros, algumas Companhias, Seguradoras ou Mediadores que estivessem interessados em ficar com o pacote dos Seguros da Autarquia e não negociar Seguros de acidentes de trabalho, ainda Seguros Escolares em várias partes. -----

----- Referiu que relativamente à questão do aumento de um ano para o outro já tinha sido explicada e repetiu novamente que quando a Autarquia iniciava a realização de um Orçamento tinha a perspetiva de até ao limite máximo do valor dos Seguros bem como também já havia sido explicado que o valor colocado no orçamento era um valor hipotético para ser atingido e que aquando da chegada do Seguro era necessário fazer um reajustamento, o que justificava as alterações orçamentais com as respetivas rectificações. -----

----- Disse que gostaria de saber se tinha havido mais algum concorrente aquando do último concurso e qual a diferença de valores. -----

----- Em relação à questão da melhor utilização de dinheiros públicos disse que posteriormente, durante esta Sessão, seria discutida a contratação de um empréstimo de 2 milhões de euros e que se havia alguém que tivesse pugnado pela utilização coerente e correta dos dinheiros públicos, tinha sido o atual Executivo que passara de uma dívida de curto prazo no valor de cerca de 20 milhões de euros para

Ata nº36 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

neste momento ser de 2 milhões de euros. Se tal facto não correspondia a uma correta gestão dos dinheiros públicos, entendia que se estava a suspeitar de algo que tivesse corrido menos bem.-----

----- Alertou, uma vez que os Deputados eram livres de fazer baixar os assuntos às Comissões, que a CMS estava disponível melhorar as propostas dos concursos. O Vereador disse que depois de terem sido dadas explicações por diversas vezes e uma proposta ainda ter de baixar a uma Comissão, tornava-se excessivo relativamente a este assunto. -----

----- A **Presidente da AMS** disse que da parte do Vereador José Polido já havia apresentado as razões por três momentos com a respectiva explicação e feito um enquadramento legal desta situação. Contudo, na essência daquilo que era a primeira vocação de uma Assembleia Municipal, no espírito da fiscalização dos atos da Câmara, não pressupunha uma desconfiança mas uma função inerente à AMS. Era nesse sentido que a presente Recomendação estava a ser apresentada e atendendo à necessidade de que todos tivessem uma postura de pleno conhecimento do funcionamento de uma matéria tão específica como a contratação dos Seguros e manifesta vontade da Assembleia em ter uma cooperação neste processo, não estaria presente qualquer desconfiança de ingerência de gestão da Autarquia. O facto de a Recomendação “baixar” a uma Comissão, exigiria uma maior consciencialização por parte dos membros dessa Comissão daquilo que seria o conteúdo das intenções da mesma.

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Manuel José Pereira** que disse que se existiam “esqueletos no armário”, não seria, seguramente, o próprio a tê-los. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado João Rodrigues** disse que queria apenas dar uns esclarecimentos adicionais relativamente ao que o Vereador dissera sobre “concurso público”, e que o Deputado se referira ao ajuste direto na sequência do ano seguinte de um concurso público e que o ajuste direto tinha sido negociação, ou seja, os Técnicos da CMS haviam negociado com a Companhia de Seguros, tendo até fixado um valor mais baixo, pelo que a Companhia de Seguros fixara um valor superior, tendo havido negociação. -----

----- O Deputado referiu que não estava a dizer que o Executivo teria de intervir nos concursos públicos sendo a Recomendação feita no sentido geral e que eram referidos os Seguros para dar um enquadramento daquilo que surgira mas a Recomendação era genérica para todas as situações de um ajuste direto na sequência de um concurso público anterior. Salientou que o referido pelo Vereador não correspondia à realidade e que o Orçamento tinha sofrido uma variação, e que tinha havido um agravamento de 20% na aplicação da taxa.-----

----- A Presidente da AMS lembrou que neste momento se havia adotado uma posição de discussão

Ata nº36 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

da Recomendação, e que tal aconteceria de novo aquando da discussão plena da mesma. -----

----- O Vereador José Polido disse que o Deputado João Rodrigues tinha razão ao dizer que a taxa do Seguro de acidentes de trabalho tinha aumentado mas que o Orçamento se tratava de uma previsão e que se iria proceder a uma alteração orçamental exactamente para nivelar esse valor, ou seja, o que estava no Orçamento era muito superior ao que a CMS iria pagar. Disse ainda que não percebera o o ataque pessoal feito pelo Deputado Manuel José Pereira. -----

----- **A AMS deliberou por unanimidade, após concordância do Grupo Municipal proponente, baixar a Recomendação à Câmara Municipal com o Título “Contratação pública” à Comissão de Líderes dos Grupos Municipais e à Comissão de Finanças Municipais e Administração Autárquica.**-----

----- Foi dado início ao “**PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS**”, mas não houve qualquer intervenção.-----

----- Prosseguindo os trabalhos, a **Presidente da AMS** declarou aberta a Ordem de Trabalhos iniciando com o ponto **1. “Apreciação da Atividade Municipal”**. -----

----- Foi cedida a palavra à **Vice-Presidente da CMS** que cumprimentou todos os presentes e pediu aos Deputados que colocassem as suas questões às quais responderia posteriormente. Tomou do uso da palavra o Deputado Lobo da Silva que começou por referir o relatório de contas da piscina enviado aos Deputados da AMS na passada semana e solicitou à Vice-Presidente da CMS que fosse dada indicação aos serviços que fosse facultado o relatório referente ao geral do ano de 2016 e de cada trimestre para haver uma noção dos custos e receitas porque o que tinha sido recebido, embora estivesse bem elaborado e referisse os trimestres, o último abrangia os meses de novembro, dezembro e janeiro, este último correspondente ao ano de 2017. Disse que seria importante, tendo em conta que dentro de um mês se aprovaria o Relatório de Contas do ano de 2016.-----

----- O Deputado solicitou o resultado da reunião da Vice-Presidente com a Secretária de Estado Adjunta da Educação pois de acordo com a informação dada, havia uma “luz verde” para a remodelação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho mas temia que com o acordo de apenas 3 milhões de euros, não seria possível construir a Escola Secundária da Quinta do Conde. Perguntou se seria esta a realidade e qual a posição da Autarquia relativamente a esta situação uma vez que para o Governo, o problema estaria solucionado. Solicitou ao Coordenador da Comissão Sociocultural, Cidadania e Segurança dos Cidadãos, uma vez que tinha uma “costela” naquela escola, que não se esquecesse que a Quinta do Conde precisava da escola e que teria de se trabalhar para tal.-----

----- De seguida, perguntou à Vice-Presidente, quando seria iniciada a Revisão do Plano de

Ata nº36 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Urbanização da Quinta do Conde. Em relação à construção da Escola do Conde 2, referiu que aquando da última sessão, tinha solicitado que o Projeto fosse facultado mas se fosse dado a conhecer agora não haveria problema.-----

----- Relativamente ao Cabo Espichel, o Deputado perguntou se já havia alguma assinatura de Protocolo e se a Ala Sul iria à posse da Câmara.-----

----- Questionou o ponto de situação da construção do Centro de Saúde de Santiago e se o Governo já teria transferido algumas verbas para a Autarquia para custear a construção, uma vez que o acordo previa 900.000€ + 600.000€.-----

----- O Deputado questionou o Vereador José Polido relativamente à situação da recolha do lixo na Freguesia de Santiago, pois o Verão estava a aproximar-se e não havia respeito por parte das pessoas que depositavam o seu lixo no exterior dos *moloks* e os funcionários da Câmara não eram criados de ninguém.-----

----- Em seguida questionou a Vice-Presidente se tinha conhecimento do resultado do inquérito que o Governo havia feito e mandado para todos os Agrupamentos de Escolas relativamente à disciplina. Perguntou qual era o resultado em relação ao Concelho de Sesimbra.-----

----- Salientou o facto de ter sido apenas falado que no ano de 2018, as Comemorações do “Dia da Marinha” seriam celebradas em Sesimbra e que por esse motivo, corria-se o risco das celebrações serem alteradas para outro local. Deveria fazer-se um ofício de forma a receber uma confirmação.-----

----- Para terminar, disse que estava na altura de pedir o terreno que a Câmara tinha doado para o Tribunal, uma vez que este não havia sido feito, devendo assim voltar à procedência.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado João Rodrigues** que solicitou esclarecimentos ao Vereador José Polido relativamente às reuniões realizadas, uma com a Herdade da Mesquita sobre os investimentos no *Sesimbra Natura Park* e outra com o banco *Santander Totta* relativamente a investimentos em Sesimbra. Pediu que fosse dada alguma informação em relação às conversações e os objectivos das mesmas.-----

----- Em relação aos dados financeiros apresentados, o Deputado pediu que fosse confirmado se o valor do IMI que tinha sido de 13.161.000€ no ano de 2016 porque aquando da discussão desta taxa no dia 3 de novembro, o próprio tinha indicado como estimativa um valor que não ultrapassaria os 13.600.000€ e o porquê de ter havido um “desvio” tão grande entre estes valores.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Rui João Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e como resposta ao Deputado Lobo da Silva, disse que, enquanto Deputado da AMS não tinha costelas favoritas por escola alguma e que defendia todas as escolas não devendo ser esquecidos os sucessivos

Ata nº36 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

problemas que os Governos do PS e do PSD tinham deixado no Parque Escolar ao nível do 2º Ciclo e Secundário. -----

----- Relativamente à questão da reunião com a Secretária de Estado Adjunta da Educação com a Vereadora da Educação e com a presença da Presidente da AMS, o Deputado questionou a Vereadora, expondo que a Secretária de Estado já teria conhecimento da descentralização de competências para as Autarquias na proposta a ser levada a Conselho de Ministros no momento da realização da reunião.-----

----- Disse que na última sessão realizada tinha referido tal facto e que o que se adivinhava para a Educação, nomeadamente para a Escola Secundária da Quinta do Conde seria o “empurrar” deste problema para a Autarquia e que não deveria ser esquecida a forma de descentralização do 1º Ciclo e exemplificou que a Escola Básica de Sesimbra ainda não tinha caído graças à intervenção anual da Câmara Municipal nas obras de melhoria do edifício, entre outras. -----

----- O Deputado perguntou se nessa reunião, a Secretária de Estado havia referido a preparação de uma descentralização de competências para a área da Educação no 2º e 3º Ciclo e no Ensino Secundário e quais seriam as perspetivas da Secretária de Estado perante a necessidade da construção de uma Escola Secundária na Quinta do Conde, da requalificação da Escola Básica 2, 3/S Michel Giacometti e da Escola Secundária de Sampaio. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Alain Monteiro** que reforçou o pedido da Bancada da CDU relativamente à questão do Protocolo respeitante ao Cabo Espichel. -----

----- Referiu ainda a denúncia feita pelo PS no seu texto publicado na *Newsletter* da AMS em fevereiro, na qual afirmou que alguns trabalhadores filiados ou simpatizantes do Partido Socialista eram alvos de discriminação ou algumas injustiças. Disse que a Bancada da CDU considerava estas práticas gravíssimas e condenáveis e que não se revia nesta situação. O Deputado perguntou à Vice-Presidente da CMS se tinha conhecimento desta situação.-----

----- Disse ainda que considerava tratar-se de falsos testemunhos de um tipo de política de baixo nível, o que era inaceitável.-----

----- Referiu ainda o texto do MSU na mesma *Newsletter* no qual afirmava ter vindo a propor à Câmara Municipal algumas iniciativas destinadas a fazer de Sesimbra um destino turístico de excelência. Solicitou à Vice-Presidente que partilhasse essas medidas propostas pois a Bancada da CDU tinha desconhecimento das mesmas.-----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Manuel José Pereira** que disse que as opiniões ainda eram livres e que quando havia nota de algo que estava mal, deveria ser dito e não entrar na política da demagogia

Ata nº36 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

ou do eleitoralismo e populismo. Até que fosse provado o contrário, o Grupo Municipal do PS entendia que existia uma diferença de posicionamento quanto à democracia, política e cidadania e o PS dizia com frontalidade o que entendia que deveria ser dito face à informação que possuíam. Perguntou quem era o Deputado Alain Monteiro para censurar ou fazer uma avaliação sobre aquilo que o PS entendia escrever. Disse que no tempo das eleições, as pessoas julgariam em função da análise feita às propostas de cada um. -----

----- Relativamente à Atividade Municipal, questionou o ponto de situação da gestão do campo de ténis da Cotovia por parte da Associação Cultural e Desportiva da Cotovia e ainda informação referente à reunião realizada com a *Efimóveis*, . O Deputado questionou ainda outra reunião do Vereador José Polido com uma Entidade chamada *Roquit*, sobre soluções de Gestão Autárquica. -----

----- Colocou também a questão sobre a reunião com o Banco *Santander* para investimentos em Sesimbra sobre valorização de espaços públicos. -----

----- Disse que o Vereador Sérgio Marcelino tinha apresentado o Projeto de mobilidade para a zona da escola ao Agrupamento de Escolas de Sampaio, uma questão debatida há vários anos nesta Assembleia, podendo também a AMS ser integrada nos destinatários de forma a dar a sua opinião. -----

----- Referiu o corte exagerado de pinheiros durante as obras no futuro Parque da Maçã mas que certamente haveria uma justificação com a disponibilização do Projeto à Assembleia Municipal. -----

----- Para terminar, falou sobre um dado aparecido nas redes sociais relativamente a um incêndio ocorrido num bairro em Sesimbra, cujas bocas-de-incêndio não teriam funcionado, dificultando o trabalho dos bombeiros. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Miguel Ribeiro** que esclareceu o Deputado Alain Monteiro dizendo que a Newsletter da AMS era um espaço em que os Líderes dos Grupos Municipais podiam expressar as suas opiniões através de artigos, manifestações de intenção, posicionamentos políticos e sociais e que em relação ao conteúdo dos artigos escritos, eram da exclusiva responsabilidade da força política interveniente. Salientou que cada força política tinha a sua forma de ver, podendo concordar ou não, o que muito naturalmente acontecia na democracia. Disse não perceber a intervenção do Deputado Alain Monteiro ao tecer uma crítica a uma opinião sobre as propostas que o MSU tinha vindo a fazer. Referiu que a Vice-Presidente da CMS já tinha tido a oportunidade de comentar algumas destas posições aquando da discussão das GOPS e que, inclusive, relativamente a algumas das propostas feitas, não tinha havido um grande *feed-back*, o que não invalidava o facto de não ser defendida uma insistência perante as instituições para estabelecer Protocolos. -----

Ata nº36 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Interveio o **Deputado Lobo da Silva** que pediu um esclarecimento ao Deputado Rui João Rodrigues relativamente à sua intervenção quando mencionou os Governos do PSD e da “Parque Escolar”. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Alain Monteiro** que esclareceu o Deputado Manuel José Pereira de que o Deputado Alain era um Deputado eleito pelos sesimbrenses tal como o Deputado Manuel José Pereira e nesse sentido, tinha responsabilidades para com os sesimbrenses. Referiu que o que estava em causa não era colocar a liberdade de expressão em causa, coisa que o próprio não fazia, mas que se estava perante um crime, pois alguém sofria discriminações ou injustiças no seu local de trabalho por ser simpatizante de uma determinada força política, facto que a bancada da CDU não admitiria. -----

----- Em relação à questão do MSU, perguntou quais tinham sido as propostas apresentadas à Câmara Municipal de Sesimbra, podendo as mesmas ser discutidas e até enriquecidas. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Rui João Rodrigues** que disse que não se tinha referido ao “Parque Escolar” que era um mau exemplo daquilo que tinha sido feito em Portugal no âmbito da Educação e informou o Deputado Lobo da Silva que os Partidos Políticos que tinham governado após 1974, haviam sido sucessivamente o PS, PSD e CDS. Referiu que os Partidos do qual a CDU fazia parte, nomeadamente PCP e Verdes, nunca tinham estado no Governo, significando que o mau estado em que se encontrava o “Parque Escolar” devia-se aos Partidos governantes. -----

----- Interveio a **Vice-Presidente da CMS** que disse que o relatório da piscina seria enviado da forma como o Deputado Lobo da Silva tinha solicitado. Sobre a reunião com a Secretária de Estado Adjunta da Educação ocorrida esta semana, servira para concretizar e finalizar aquilo que tinha sido o resultado da primeira reunião onde tinha sido proposto pela Secretária de Estado Adjunta, à semelhança do que a CMS tinha feito com o Ministério da Saúde, pudesse assumir-se como dono da obra, ao fazer o Projeto, lançar o concurso e fiscalizar a obra da Escola Navegador Rodrigues Soromenho. -----

----- Referiu que aquando da realização da reunião em novembro, tinha sido para fazer uma estimativa de custos, tendo sido dito que o orçamento seria na ordem dos 3,5 milhões de euros, tendo a própria depois sido contactada via telefónica por um assessor da Secretária de Estado Adjunta da Educação que lhe dissera que considerando o número avultado de escolas a nível nacional com necessidade de intervenção, o valor disponível para as obras de requalificação para a Escola Navegador Rodrigues Soromenho seria de apenas 3 milhões de euros, tendo a Autarquia de “emagrecer” o Projeto para que este valor fosse suficiente para a sua realização. -----

Ata nº36 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- A CMS estava a trabalhar com base no Programa dado pela escola e validado pelo Ministério da Educação no sentido de que o Projeto encaixasse dentro deste valor, sabendo que se tratava de um terreno difícil de trabalhar. Eventualmente teria de se reduzir alguma sala ou os limites das Instalações. -

----- Da parte da Autarquia, os 3 milhões seriam aceites porque a única alternativa seria não ter escola e solicitou à Secretária de Estado Adjunta que este acordo fosse oficializado através do envio de uma minuta, que tinha sido recebida ontem ao fim do dia que seria presente na próxima reunião de Câmara para deliberação. Disse que ainda não tinha lido a minuta e que o que sabia era que no ano de 2017, o Ministério da Educação ainda pretendia ter execução orçamental e que transferiria 200.000€ para a CMS, sendo em 2018 transferida outra verba de 1,3 milhões de euros e os restantes 1,5 milhões de euros seriam transferidos em 2019. -----

----- Referiu que a ideia da CMS para este ano seria lançar o concurso da obra. -----

----- Relativamente à Escola Secundária da Quinta do Conde, disse que o Ministério da Educação informara a CMS de que a rede estava a ser avaliada não apenas com base no estudo enviado pela Autarquia considerando não só a realidade atual da Quinta do Conde mas também o que se perspetivava em termos de crescimento demográfico e da necessidade de haver mais turmas na Freguesia da Quinta do Conde. A Secretária de Estado Adjunta dissera que tinha recebido esse estudo mas que ainda não tinha tido oportunidade de se debruçar sobre o mesmo mas que esta escola só faria sentido para o Ministério da Educação se servisse os dois concelhos, ou seja, se desse uma resposta ao afluxo de alunos vindos das freguesias de Azeitão. Teria de ver com a rede do concelho de Setúbal quais as necessidades e número de turmas correspondente ao número de alunos de Azeitão pois na perspectiva do Ministério, não se justificava a construção de uma escola apenas para os alunos da Quinta do Conde. -----

----- Por este motivo, o Ministério da Educação iria fazer uma avaliação da rede conjunta dos dois Concelhos. Disse que ainda tinha sido dito que seria uma questão de pensar em fazer uma demolição dos pavilhões da Escola Básica 2, 3/S Michel Giacometti, pois como os Deputados tinham conhecimento, esta escola funcionava com 6 salas em pavilhões pré-fabricados com mais de 30 anos, sendo substituídos por um edifício em alvenaria com 12 ou mais salas. Segundo a Secretaria de Estado da Educação, essa intervenção seria muito mais barata do que a construção de uma escola de raiz, permitindo dar uma resposta suficiente aos alunos que procuravam o ensino secundário. -----

----- A Vice-Presidente dissera à Secretária de Estado que o receio em aceitar esta situação, se pudesse almejar, num futuro relativamente próximo, ter a construção de uma escola de raiz. A disponibilidade da Secretaria de Estado para afetar uma verba para esta ampliação seria apenas no ano

Ata nº36 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

de 2018.-----

----- Relativamente à Revisão do Plano de Urbanização para a Quinta do Conde, disse que a equipa estava a ser constituída e que era intenção avançar para o início do processo de revisão ainda este ano. -

----- Sobre o Cabo Espichel, disse que tinha sido contactada pela assessora da Secretária de Estado do Turismo para comunicar que a Igreja concordara com a venda da Ala Norte à Câmara e que neste momento estaria para ser assinado pelo Secretário de Estado do Tesouro, o acordo da venda desta Ala com os compromissos inerentes em relação à Ala Sul, que a CMS assumiria com essa aquisição.-----

----- Apesar de ainda não haver nada escrito, a Vice-Presidente disse ter estado em conversações com o Senhor Bispo de Setúbal e que no dia 21 de fevereiro teria uma reunião com o Senhor Vigário Geral em representação da Confraria e com o Gabinete Jurídico da Autarquia para firmar os termos do acordo entre a Câmara Municipal e a Diocese, proprietária da Ala Sul pois aquando da aquisição da Ala Norte seria assumida a responsabilidade perante a Igreja relativamente à recuperação da Ala Sul e uma parte ficar disponível para um projeto turístico durante cerca de 35/40 anos para que a CMS pudesse concessionar um investimento na Ala Norte e parte da Ala Sul. -----

----- Em relação ao Centro de Saúde, a Vice-Presidente da CMS disse que os Projetos de Especialidade e Arquitetura para o dispensário estavam concluídos e que a CMS estava em fase de conclusão dos Projetos de Especialidade para o edifício da Rua Aníbal de Esmoriz e que ainda não tinha sido transferida nenhuma verba pois o que estava previsto no contrato seria que as verbas seriam transferidas à medida que se realizassem as despesas, ou seja, primeiro a obra teria de ser lançada e à medida que as faturas fossem apresentadas, as transferências das verbas para a Autarquia seriam feitas. -----

----- Relativamente aos resultados dos inquéritos feitos sobre a disciplina e enviados pelo Ministério da Educação, a Vice-presidente disse que não tinha qualquer conhecimento mas entraria em contacto com os Agrupamentos de Escolas de forma a saber o ponto de situação referente ao Concelho de Sesimbra. -----

----- Sobre o terreno para o Tribunal, disse que a situação se mantivera igual desde a última sessão da assembleia e que a CMS tinha dirigido um ofício em novembro de 2016 na sequência da declaração da Senhora Ministra da Justiça na Assembleia da República ao dizer que não havia Tribunal porque não existia terreno, o que não correspondia à realidade. A CMS ainda não obtivera nenhuma resposta em relação a uma data para avançar com a obra e voltaria a insistir na próxima semana. -----

----- Disse que a secretária de Estado Adjunta da Educação não tinha falado em descentralização de competências e que tinha referido apenas a assunção, por parte do Ministério da Educação, das verbas

Ata nº36 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

necessárias quer para a construção da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, quer para a proposta de requalificação e ampliação da Escola Michel Giacometti. Referiu ser prematuro pensar em descentralização e que o Diploma de Transferência estava a ser discutido mas ainda teria de ser aprovado na Assembleia da República, seguido de Decretos-Lei. -----

----- Relativamente à Comissão Sindical, disse que não tinha mais nada a acrescentar para além daquilo que tinha sido comunicado e que havia reunido com o Vereador José Polido e Comissão Sindical dois dias antes da saída desse comunicado na qual tinha sido apresentado pela mesma Comissão, um caderno reivindicativo aceite na maioria pela Câmara Municipal. Disse ainda que a CMS esclarecera algumas questões colocadas, nomeadamente ao nível de vestuário e equipamentos. Disse que no decorrer de uma assembleia, a Comissão Sindical teria relatado que alguns trabalhadores estavam a ser pressionados pelos seus Encarregados em algumas matérias, sobretudo ao nível dos turnos, sendo dito que esta matéria era desconhecida e seria averiguada junto das chefias, tendo o Vereador José Polido falado com os Encarregados e com a Chefe de Divisão onde estes assuntos eram mais reportados. -----

----- A Vice-Presidente disse que na próxima semana iria reunir novamente com a Comissão Sindical para avaliar as questões colocadas e fazer as averiguações e dar as respostas necessárias. -----

----- Relativamente às medidas propostas pelo Grupo Municipal do MSU, disse que eram as apresentadas nas reuniões com direito de oposição em relação às GOPS e orçamento do ano seguinte. --

----- Relativamente ao campo de ténis da Cotovia, disse que havia reunido com o Grupo Desportivo da Cotovia que tinha colocado a questão do terreno contíguo às suas instalações poder passar para Associação através do Protocolo, considerando que, ao contrário daquilo que alguns moradores afirmavam, o terreno era municipal. Referiu que a Associação tinha alguns Projetos e que solicitara a cedência do espaço para a dinamização de atividades de índole desportiva. -----

----- Este assunto tinha sido abordado numa reunião com o Gabinete Jurídico e com a Chefe de Divisão do Desporto ficando a CMS encarregue de preparar o Protocolo, uma vez que não havia qualquer indisponibilidade em ceder o terreno, considerando que a utilização pretendida seria de índole desportiva a decorrer apenas durante o dia, respeitando os horários, e não agravar a relação com os moradores.-----

----- Sobre a reunião com a Efimóveis disse que ter-se-ia realizado no princípio de janeiro, na qual estivera presente o Presidente da Câmara e onde tinham sido apresentadas algumas restrições que o IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) teria colocado relativamente à construção de habitação a custos controlados e que se relacionava com um Projeto de habitação que a Efimóveis tinha

Ata nº36 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

para a Cotovia. Disse que a vontade de avançar se mantinha e que se estava a apostar mais na requalificação urbana do que na construção nova, daí as restrições colocadas à construção de novos edifícios. Foi dito pelo Presidente da Efimóveis que uma das aberturas dadas pelo IHRU teria sido a possibilidade de fazer uma parceria com uma cooperativa de habitação e que nesse sentido, se agendaria uma reunião com a Direção da “Che Zambujalense” para colocar a possibilidade de realizar esta parceria com a Cooperativa a ser a Entidade promotora e a parte administrativa, burocrática e financeira sob a responsabilidade da Efimóveis. Na véspera desta reunião, no fim de janeiro, a Efimóveis adiou a mesma, dizendo que uma vez que ainda havia Legislação para sair, aguardaria novidades para a realização da mesma com a Cooperativa. -----

----- Em relação ao Projeto de Mobilidade, disse que o Vereador Sérgio Marcelino o enviaria para a Assembleia Municipal. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Vereador José Polido** que relativamente à recolha do lixo, disse que estava a ser preparado o mesmo plano de contingência do ano passado de forma a não haver situações desagradáveis. -----

----- Sobre os investimentos da Herdade da Mesquita, disse que teria havido uma reunião para saber quais as possibilidades de investimento, nomeadamente no turismo rural e outro tipo de atividades no espaço da Herdade pois neste momento havia uma parte de Turismo-Natureza com casas dos antigos rendeiros e poder vir a diversificar a sua atividade de modo a que quem visitasse o espaço pudesse permanecer durante a noite. -----

----- Relativamente ao Banco *Santander Totta*, referiu que esta Entidade Bancária tinha financiado um imóvel (prédio amarelo do lado esquerdo da descida para o Tribunal) e que inicialmente tinha sido licenciado para habitação, tendo depois os antigos proprietários passado o imóvel para turismo mas depois de ser dada insolvência, o Banco quis reverter a operação para poder comercializar. -----

----- Em relação ao valor do IMI, o Vereador disse que era para ser de 14 milhões de euros mas o Estado só teria feito o pagamento na primeira semana de 2017 de cerca de 1 milhão de euros, daí ter-se ficado aquém do valor documentado. O Vereador disse que tivera a oportunidade de referir na reunião de Comissão, a questão do saldo de tesouraria e que depois se receberia mais um milhão, valor que previra ser pago à Autarquia. -----

----- Em relação à *Roquit*, disse que à semelhança de muitas outras, viera apresentar os seus serviços à Autarquia, e se tratava de uma *start-up* que desenvolvera um Programa de Gestão Autárquica e que vinha vender o seu *software* mas que ainda não tinha feito negócio com a CMS. Esta reunião preparatória

Ata nº36 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

fora apenas uma apresentação, que o Vereador achara bastante interessante.-----

----- Sobre a questão do Parque da Maçã, o Vereador disse que o corte de árvores estava a ser devidamente acompanhado pelos serviços municipais. Este corte tinha sido feito a todas as árvores doentes, a todas as que estavam tortas, partidas ou em risco de colapsar. Ainda foram cortadas aquelas que, de acordo com o Projeto, estavam no local onde iriam ser instalados os equipamentos como o parque infantil, o *skate park*, entre outros.-----

----- Ir-se-ia ter o cuidado de replantar algumas árvores e neste momento, algumas das existentes estavam a ser podadas de forma a acertar as suas copas.-----

----- Relativamente ao incêndio, disse ter conhecimento da deslocação de um carro dos bombeiros ao local do incêndio que, segundo parece tinha sido provocado e que o sítio onde se tinha tentado recolher a água, estava enferrujado mas que mesmo ao lado, existia um marco de incêndio inserido no Plano para a Vila de Sesimbra. O Vereador disse que este Plano estava na Proteção Civil e não sabia se este bombeiro teria conhecimento da localização dos marcos de incêndio.-----

----- Em relação ao comentário feito pelo Deputado Miguel Ribeiro relativamente a cada força política poder concordar ou discordar e ter a sua opinião, disse ser verdade mas que outra coisa era não dizer a verdade passando a citar que quando se falara do alívio da carga fiscal, nomeadamente o Deputado Manuel José Pereira que falara das propostas do PS e dissera “...as quais não aliviam a carga fiscal sobre os munícipes, em total contradição com a política fiscal do Governo.”. O Vereador perguntou se este ano a carga fiscal de Sesimbra havia sido desgravada ou não. Continuou a citar as palavras do Deputado: “..subsídios a conceder” e perguntou quais eram os subsídios que o Deputado não queria conceder e quais os montantes que queria retirar. Recordou que o valor da dívida em 2005, quando este Executivo iniciara as suas funções, a dívida global da Autarquia era de 24.163.000€ e que no final de 2016 era de 20 milhões de euros e perguntou onde é que estava a dívida.-----

----- Disse que gostaria de saber quem eram os trabalhadores que diziam que o clima da CMS era mau e perguntou onde estava a perseguição política por parte deste Executivo a membros do PS pois uma das primeiras pessoas a ser requalificada havia sido precisamente o candidato pelo PS e uma das quatro primeiras pessoas a ser consolidada a sua mobilidade inter-carreiras nesta Autarquia.-----

----- **A Presidente da AMS** disse que após a informação prestada de forma pública pela Deputada Ana Paula Gato e depois subscrita pelo Deputado Manuel José Pereira, havia sido feita uma reapreciação dessa ao nível da Comissão de Líderes que depois de debater a questão, solicitara uma reunião à estrutura sindical convidando a mesma a estar presente numa reunião da Comissão de Líderes para

Ata nº36 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

prestar as informações referentes ao que constava na folha informativa da Comissão Sindical.-----

----- Referiu que os Líderes teriam conhecimento de que a resposta havia sido no sentido de não ser oportuno a realização dessa reunião mas, contudo, a Comissão de Líderes entendera solicitar uma reunião à Sra. Vice-Presidente da CMS para poderem prestar os esclarecimentos que eventualmente pudessem não ter ficado claros.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Vereador Francisco Luis** que disse que uma das primeiras tarefas do atual Executivo tinha sido fazer o levantamento de todos os marcos de incêndio e respectivo caudal, pois o que acontecia por vezes aquando do abastecimento de alguns autotanques, nomeadamente os maiores, a rede e a distribuição de água eram afetadas, podendo este abastecimento ser feito noutros marcos que não afetassem a rede. Informou que esse levantamento tinha sido feito com o apoio dos Serviços do SIG (Serviço de Informação Geográfica) que redigiram um documento com as plantas, localização de cada um e respetivo caudal. Disse que era feita uma nova avaliação anual.-----

----- Em relação à ocorrência do incêndio, referiu que existiam 7 bocas-de-incêndio que poderiam ter sido utilizadas pelos bombeiros para o combate. O mais óbvio seria um que se encontrava à distância de 5 metros e que o facto de ter ido para o local apenas um carro de incêndio e não ter ido um autotanque era porque não se justificava, uma vez que todo o território da Freguesia de Santiago era coberto por marcos de incêndio.-----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva** que disse ter ouvido atentamente a Vice-Presidente da CMS a dar conhecimento da reunião com a Secretária de Estado Adjunta da Educação e que era óbvio que não poderia vir a uma assembleia dizer outra coisa que não a verdade. Disse que aquilo que a Secretária de Estado relatara tinha sido “*cantigas para embalar meninos*” à boa maneira socialista, “empurrar com a barriga”. Referiu que era tudo conversa, pois já se sabia que o Concelho de Setúbal estava a perder alunos e as escolas estavam deficitárias.-----

----- O Deputado fez questão de deixar bem claro que o PSD estivera sempre de acordo com a construção da Escola Secundária da Quinta do Conde e se alguma força política deste Concelho “saltasse fora”, o PSD iria ser coerente com o que fizera quando o Governo era do PSD e manter-se-ia do lado da população estudantil da Quinta do Conde, Associações de Pais, Professores e Junta de Freguesia da Quinta do Conde como havia estado da Freguesia de Santiago.-----

----- Para concluir, disse que o Deputado Rui João Rodrigues tinha dito que esta situação era culpa dos Governos desde 1974 e terminou dizendo que ainda bem que o Deputado nunca tinha lá estado.-----

Ata nº36 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- **A Presidente da AMS** deu o ponto da “Apreciação da Atividade Municipal” por encerrado e referiu que a Newsletter da Assembleia Municipal tinha tido a preocupação de fazer uma caracterização genérica do trabalho das Comissões e certamente que existiam condições para fazer um próximo Boletim que pudesse refletir outros trabalhos e decisões da AMS. A Presidente aproveitou para informar que a Exposição da Assembleia Municipal de Jovens seria inaugurada no dia 16 de março pelas 15 horas no átrio do edifício da DGEstE (Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares) ficando o convite feito aos Deputados para estar presentes.-----

----- Foi dado início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: “**Contratação de Empréstimo de curto prazo até ao montante de 2 milhões de euros para o ano de 2017**” e a Presidente da AMS informou que esta matéria tinha sido apreciada ao nível da Comissão de Finanças Municipais e Administração Autárquica, da qual era Coordenador o Deputado Pedro Mesquita, tendo-lhe sido cedida a palavra para prestar esclarecimentos sobre o assunto.-----

----- O **Deputado Pedro Mesquita** cumprimentou todos os presentes e disse na reunião realizada na noite anterior teriam sido tiradas todas as dúvidas colocadas pelos representantes das várias Bancadas. O deputado passou a palavra ao Vereador José Polido de forma a poder acrescentar algo a esta matéria.---

----- Não havendo mais dúvidas relativamente a esta questão, tomou do uso da palavra o **Vereador José Polido** que disse que este pedido apresentado à Assembleia Municipal era idêntico aos dos anos anteriores, solicitando autorização para contrair um empréstimo de curto prazo a liquidar até dia 31 de dezembro de 2017 no valor de 2 milhões de euros e chamou a atenção para o facto de que ao contrário daquilo que era dito por algumas pessoas, a Autarquia de Sesimbra tivera uma taxa de juro global de 4,74% no ano de 2012, por se encontrar numa condição financeira complicada fruto de determinado tipo de constrangimentos mas que atualmente a taxa de juro seria de 0,55%, valor que a entidade bancária BPI propusera à Autarquia para o financiamento de 2 milhões de euros para fazer face a eventuais dificuldades de tesouraria momentâneas a ser liquidadas até 31 de dezembro. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que disse que a redação do documento estava mal feita no ponto nº2, do Relatório de análise das propostas, com uma duplicação do BPI, ao que o Vereador José Polido explicou que este Banco teria apresentado duas propostas. Relativamente ao montante solicitado, o Deputado disse que era feito todos os anos para colmatar alguma situação menos abonatória da caixa e que não era um empréstimo para fazer uma dívida de médio/longo prazo. Em relação à taxa do *spread* de 0,55% disse que não sabia se não seria já uma “mãozinha” de Espanha a querer ter quota de mercado, uma vez que em propostas anteriores não praticava taxas deste valor.-----

Ata nº36 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado João Rodrigues** que disse que na discussão do empréstimo de curto prazo do ano passado, tinham sido feitas duas Recomendações, uma de que face às taxas de referência terem sido todas negativas, dispensava-se o trabalho do colaborador a fazer análises comparativas desnecessárias. Referiu que a outra Recomendação defendia que deveria ser o Executivo da Câmara a propor o prazo da taxa de referência. -----

----- Em relação à proposta atual, disse que se encontravam nesta Assembleia há 3 anos e que esta questão tinha começado a ser discutida em 2014, não tendo sido necessária a intervenção de empresas de *rating*. Disse que a CMS contratara ao BPI, em 2014, uma taxa de *spread* de 2,25%. Em 2015, contratara também ao BPI, uma taxa de 1,3% e em 2016, ao Banco *Santander Totta*, o valor de 1,78%. O BPI era o Banco que tinha ganho quase sempre nas propostas apresentadas, o que refletia o bom comportamento das contas da CMS e o Deputado disse que se sentia orgulhoso tinha uma grande satisfação por ter pertencido a esta Assembleia. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Alain Monteiro** que disse que a Bancada Municipal da CDU concordava com a contratação deste empréstimo e saudou a CMS pela gestão rigorosa que permitia ter uma dívida global perto dos 20 milhões de euros e ainda todo o investimento feito, apesar da situação de crise e grandes constrangimentos que o País atravessara neste último mandato. Disse ainda que contrariando o que era dito por algumas Forças Políticas, nomeadamente em relação ao IMI, que a CDU baixara o IMI, prescindindo de uma verba anual. -----

----- Não havendo mais intervenções e após votação, a Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, sob proposta da Câmara Municipal de Sesimbra, autorizar a contratação de um Empréstimo de curto prazo até ao montante de 2 milhões de euros com o Banco BPI, nas condições constantes do relatório de análise de propostas, o qual se destina a ser utilizado no decorrer de 2017 para suprimento de eventuais dificuldades de liquidez de tesouraria que geralmente se verificam nos primeiros quatro meses de cada ano económico. -----

----- A Presidente da AMS deu início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos “**40 Anos do Poder Local Democrático**” e disse que se tratava de uma proposta de Cerimónia por parte da Comissão de Líderes, igualmente abordada com a Câmara Municipal, Juntas e Assembleias de Freguesia. Referiu que se tratava de um Projeto que havia reunido as opiniões, tal como deveria ser, para que se pudesse realçar o papel do Poder Local e sobretudo o que tinham sido os 40 anos da prática do Poder Local no concelho de Sesimbra de uma forma significativa. -----

----- Salientou que este Projeto retratava as grandes preocupações nesta matéria com a ressalva que a

Ata nº36 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

própria Associação Nacional de Municípios Portugueses que realizara a sua Cerimónia no passado dia 10 de dezembro com o desenvolvimento de ações por parte de várias Câmaras e Associações com a utilização dos mais diversos modelos de realce quer pelos eleitos, quer pelo trabalho, quer inclusivamente pelos valores subjacentes ao Poder Local. -----

----- A Presidente realçou algumas questões que estavam incluídas neste Projeto, nomeadamente atos públicos com uma exposição a decorrer na marginal de Sesimbra entre o dia 17 de março e 28 de abril, de forma a demonstrar o trabalho realizado neste período. Seria ainda realçada a importância de uma intervenção ao nível de uma placa da toponímia, tendo a Presidente já trocado impressões com o Vereador Américo Gegaloto relativamente a esta matéria e que ao ser aprovado, este Projeto seria dirigido à Câmara, Juntas e Assembleias de Freguesia e reapreciado ao nível da Comissão de Líderes. -----

----- A realização da Cerimónia dos 40 Anos do Poder Local decorrerá no próximo dia 22 de abril no Cineteatro João Mota e que todos os eleitos, nomeadamente os da Assembleia Municipal, para além de todos em termos de Juntas e Assembleias de Freguesia e Câmara Municipal, pudessem partilhar este momento uma vez que se tratava de um envolvimento significativo. Referiu que certamente iria haver falhas mas que todos desejavam que houvesse as menos falhas possíveis.-----

----- Disse que esta homenagem a registar aos Presidentes de Câmara, Assembleia Municipal e infelizmente em alguns casos às famílias, aos Presidentes de Junta e Assembleias de Freguesia de Santiago, Castelo e Quinta do Conde tinha o envolvimento destes órgãos com colaboração, empenho e fornecimento de informações importantes do ponto de vista do registo efetivo do nome dos colegas ex-eleitos e na forma de os contactar.-----

----- A Presidente disse que havia o desejo de que deveria constar em ata os nomes dos eleitos bem como os Partidos que representaram e os períodos dos mandatos autárquicos de forma a registar este marco do ponto de vista histórico com o agradecimento público e com uma mensagem de futuro em termos dos jovens de forma a serem ativos, dinâmicos, críticos e sobretudo responsáveis em termos daquilo que é a construção de uma comunidade. Referiu ainda que esta cerimónia teria o envolvimento de estruturas associativas do Concelho de Sesimbra com as quais a Presidente já tinha reunido tendo sido feito um primeiro acordo de intervenção nesta Cerimónia com quem mais tarde voltaria a reunir para aferir o Programa final que posteriormente será dado a conhecer ao nível da Comissão de Líderes e de todos os Presidentes de Junta e Assembleias de Freguesia do Concelho, e ainda da Câmara Municipal. Por este motivo, este seria um Projeto de envolvimento bastante empenhada, para a qual teria de se contar indiscutivelmente com as funcionárias da Unidade de Apoio da Assembleia Municipal bem como da

Ata nº36 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

disponibilidade do funcionário da autarquia, Sebastião Patrício, para além de outros serviços da Câmara com a ajuda na montagem, selecção e toda a organização.-----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Manuel José Pereira** que disse que a colaboração do Partido Socialista dada ao nível da Comissão de Líderes havia sido clara e que concordava com a forma como a Presidente da AMS apresentara este Projeto e referiu duas questões que fizera notar na reunião da Comissão de Líderes. A primeira seria circunscrever a homenagem às centenas de autarcas e não apenas aos Presidentes dos cargos pois não parecia suficiente. Disse que era óbvio que dificilmente seria defensável para todos os autarcas. Referiu que a sugestão de compromisso do PS tinha sido de que os autarcas eleitos do 1º Mandato pudessem ser também objeto de uma pequena distinção.-----

----- Disse que tinha havido a preocupação em tentar que a Cerimónia não fosse maçuda para o público e sugeriu que as apresentações das décadas fossem substituídas por exposições fotográficas e que no próprio dia se pudesse fazer um circuito de visita às mesmas. O Deputado referiu que ficara com algumas dúvidas em relação ao Programa da Cerimónia, que tal não iria inviabilizar o acordo do Grupo Municipal do PS mas que iria pugnar para que assim fosse.-----

----- A **Presidente da AMS** explicou que o Programa ainda se encontrava em elaboração. Contudo, a questão dos eleitos do 1º Mandato estava consagrada e que a lógica das décadas tivera algum sentido aquando da Comemoração dos 40 Anos de Abril, realizada há 3 anos e estava a ser estudada a apresentação deste trabalho em 3 momentos de uma forma agradável do ponto de vista da dinâmica da Cerimónia, não sendo tão “maçador” e ter um relato apelativo com o realce dos momentos altos destes 3 períodos. Disse que estavam a ser organizados os tempos de intervenção política, que seriam determinados ao nível da Comissão de Líderes, dos Presidentes das Juntas de Freguesia e Câmara Municipal numa próxima reunião.-----

----- Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, aprovar o Projeto de comemoração dos “40 anos do Poder Local Democrático”.-----

----- Foi dado início ao Ponto seguinte da Ordem de Trabalhos subordinado ao tema “**Atribuição do Prémio Espichel 2017**”.-----

----- A Presidente da AMS disse que esta acção da Assembleia Municipal advinha desde 2003 e durante este período mantinha o espírito subjacente a uma referência pública feita a pessoas ou Instituições e que no entender da AMS deveriam ser agraciadas. Referiu que o próprio Regulamento já tinha merecido duas reapreciações e a última tinha recaído sobre a periodicidade da atribuição deste Prémio. Disse que esta iniciativa nascera ao nível da Comissão de Líderes que tinha tido a forte

Ata nº36 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

capacidade de reapreciar as sugestões trazidas pelos membros que as discutiam e sempre dentro de uma grande frontalidade e respeito se mantivera a elevada consideração merecidas pelas Instituições ou pessoas pela atribuição deste Prémio a decorrer no próximo dia 24 de março nas instalações do Auditório Conde de Ferreira para o qual estavam todos os membros convidados. Disse ainda que de acordo com o Regimento e o Código de Procedimento Administrativo, tratando-se de pessoas ou Instituições, estas não poderiam ainda ser reveladas e que a participação seria feita através de um boletim de voto entregue a cada um dos Deputados que consoante a chamada faria o depósito do respetivo voto onde estariam duas sinalizações às quais deveriam assinalar “sim” ou “não”.-----

----- A Presidente realçou que esperava que os Líderes de Bancada tivessem informado os colegas de Bancada a identidade dos referenciados para o Prémio Espichel. -----

----- Após votação, a Assembleia Municipal deliberou, nos termos do n.º 3 do art.º 7.º do Regulamento do Prémio Espichel, atribuir o Prémio Espichel 2017 à **Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sesimbra** na “Área Social e Profissional” e ao **Grupo Desportivo de Sesimbra** na área “Desporto”.-----

----- A **Presidente da AMS** deu início ao último Ponto da Ordem de Trabalhos com o título “**Eco transferência e Ecocentro – Regularização da instalação – Pinhal do Cabedal – Reconhecimento de interesse público municipal**”.-----

----- Disse que esta matéria havia sido presente à reunião de Câmara e que o Vereador José Polido também estivera presente na reunião conjunta da Comissão de Planeamento Urbanístico, Ambiente e Ordenamento do Território, coordenada pelo Deputado Nuno Nabais e a Comissão de Finanças Municipais e Administração Autárquica, coordenada pelo Deputado Pedro Mesquita. Disse que este ponto merecera uma cooperação da parte da CMS uma vez que tinha sido apresentado ao abrigo da Legislação com carácter de urgência. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Nuno Nabais** que informou que reunião realizada no dia anterior tinha sido feita uma análise sobre esta matéria que passava também pelo reconhecimento de interesse público da única unidade de receção de resíduos urbanos do Concelho, localizada no Pinhal do Cabedal, e que esta questão não tinha levantado grandes interrogações, excetuando um pedido do Deputado João Rodrigues a propósito do acesso a uma planta mais pormenorizada do edificado e do espaço. Disse tratar-se do regime da regularização extraordinária destas instalações.-----

----- Interveio o **Vereador José Polido** que relativamente à urgência deste procedimento, disse que tinha começado a desenvolver-se há cerca de um ano, com a troca de correspondência entre a CMS e a

Ata nº36 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Amarsul, que culminou em novembro com uma reunião com na própria CCDR onde tinha sido vinculada esta hipótese da Autarquia dar a declaração de interesse público para que a Amarsul pudesse legalizar junto da CCDR. O Vereador disse que no dia 8 de fevereiro tinha recebido um *e-mail* a informar que a declaração não tinha sido recebida e o alvará da estação de transferência terminava na próxima semana. Por este motivo teria de se avançar com a proposta, presente à reunião de Câmara ao abrigo do artigo 50º para que a Amarsul pudesse dar entrada do processo junto da CCDR durante a próxima semana. -----

----- Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou por **unanimidade**, sob proposta da Câmara Municipal, reconhecer o interesse público municipal na regularização da instalação – Eco-Transferência e Ecocentro, sito no Pinhal do Cabedal, Freguesia do Castelo, deste Concelho, com os fundamentos elencados na proposta.-----

----- Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o **“Período da Ordem de Trabalhos”**, e foi por consenso, dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

----- Seguidamente, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão eram zero horas e quarenta minutos do dia 18 de fevereiro de 2017. -----

----- Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----